

Demonstrações Financeiras 1S2024



accredito

• RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
• RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	7
• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
• PARECER DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	34

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Diretoria da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com o Relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

1. ACCREDITO

1.1. INSTITUCIONAL

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. ("ACCREDITO") é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5050/2022. A ACCREDITO atua exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros próprios e também recursos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de empréstimos de capital de giro, financiamentos e aquisição de direitos creditórios.

As linhas de créditos oferecidos pela ACCREDITO estão direcionadas ao produto antecipação de recebíveis nas modalidades risco sacado (sacado âncora) e risco cedente. Disponibiliza aos seus clientes a conta de pagamento digital com as funcionalidades do Pix – pagamento instantâneo, TED - transferência eletrônica e pagamentos de contas de consumo.

Como uma de suas importantes iniciativas para distribuir, ofertar e divulgar seus produtos, a ACCREDITO mantém parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo ("FACESP"). Essa parceria permite a identificação de empresas potenciais para as linhas de crédito da ACCREDITO dentre os associados da FACESP. As mais de 420 associações comerciais congregadas atuam de forma prospectiva, realizando a abordagem comercial inicial junto às empresas interessadas.

1.2. MARCA ACCREDITO

No exercício de 2023, foi concluída a aquisição da marca ACCREDITO, registrada junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob os números 827246447 e 827247389, classe 35, cujo direitos pertenciam à FACESP Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Em 20 de fevereiro de 2024 foi realizado o pedido junto ao INPI do registro na Classe 36 – Seguros, Negócios Financeiros, Negócios Monetários e Negócios Imobiliários. A Associação Comercial de São Paulo, sócia majoritária, cedeu à ACCREDITO a marca AC Crédito.

1.3. PORTFÓLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO

Financiamento para adquirir máquinas, equipamentos, ferramentas, aplicativos, móveis ou outros bens duráveis, com prazo de pagamento de até 36 meses.

FINANCIAMENTO ENERGIA LIMPA**FINANCIAMENTO TURISMO PAULISTA**

Financiamento para projeto de instalação de painéis solares fotovoltaicos, incluindo a compra de equipamentos e serviços de instalação em até 48 meses.

Crédito em até 36 meses para apoio às empresas que atuam no setor de turismo paulista, para investimentos, tais como: implantação, expansão, modernização, informatização, marketing etc.

FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO

Financiamento pré-embarque para empresas que desejam obter o capital de giro adequado para a produção dos bens que serão exportados, oferecendo o crédito ideal para aumentar a competitividade e participação no comércio internacional.

CAPITAL DE GIRO

Linha de crédito para apoiar o dia a dia das empresas, com parcelamento até 30 meses.

ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS

Modalidade que permite antecipar o recebimento de vendas realizadas por meio de cartão de crédito e/ou duplicatas.

CONTA DIGITAL

Conta de pagamento, para realização de pagamentos e transferências eletrônicas das pequenas empresas. Permite transações Transferências eletrônicas, PIX Pagamentos Instantâneos, recebimentos de boletos, contas de consumo e tributos, consultas de saldos e extrato. Sem incidência de tarifas e taxas.

1.4. PARTICIPAÇÃO EM ARRANJOS DE PAGAMENTOS

SPB – SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

Participante do SPB, sob o código ISPB 406, que permite a realização de operações financeiras pelos diversos agentes econômicos no Brasil, permitindo a transferência de recursos financeiros, em reais, em todo território nacional.

SPI – SISTEMA DE PAGAMENTOS INSTANTÂNEOS

Participante do Pix - Sistema de Pagamentos Instantâneos, que possibilita transferências em tempo real entre instituições participantes do PIX, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

NUCLEA (CÂMARA INTERBANCÁRIA DE PAGAMENTO)

Integra a Nuclea para as operações, envolvendo boletos bancários, cartão de crédito/débito, registro de contratos de operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito com trava do domicílio bancário. Aceita transações das principais bandeiras: Visa, MasterCard, Elo, Hipercard, Amex, Cabal e Sorocred.

OPEN FINANCE

Detém autorização do Banco Central do Brasil para integrar o Open Finance, sistema financeiro aberto regulado, que permite às pessoas físicas e jurídicas compartilharem voluntariamente seu histórico e dados bancários com outras instituições financeiras.

1.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

Ao adotarmos as boas práticas de Governança Corporativa, reforçamos nosso compromisso com os princípios fundamentais de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Internamente, nossa estrutura de governança é composta por diferentes órgãos e comitês, incluindo a Assembleia Geral dos Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Comitês de Crédito e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), a Secretaria dos Conselhos e comitês, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, a Ouvidoria, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Crédito, e o Diretor de Tecnologia de Informação.

A área de Governança é responsável por divulgar as regras, procedimentos e políticas que norteiam o monitoramento e controle dos riscos identificados na Avaliação Interna de Risco (AIR).

1.5.1 Políticas

Nossas políticas de governança corporativa têm como foco a transparência na gestão, o tratamento equitativo de todos os envolvidos e a prestação clara e objetiva de contas sobre nossas ações.

Estas políticas são alinhadas com o Código de Conduta Ética e incluem:

- Política Cibernética;
- Política de Auditoria Interna;
- Política de Crédito e Cobrança;
- Política de Ouvidoria;
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Política de Segurança da Informação;
- Política do Plano de Continuidade;
- Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- Política de Relacionamento com o Cliente (conforme a Resolução nº 4.949 do Conselho Monetário Nacional); e
- Política de Gestão de Risco.

Na Administração da ACCREDITO, as áreas Operacional e de Compliance compartilham a responsabilidade de propor atualizações e modificações nas políticas e manuais de controle interno sempre que houver alterações na legislação, regulamentos ou interpelações judiciais que exijam adaptações, introdução de novos produtos ou mudanças nos negócios.

É fundamental que cada colaborador se mantenha atualizado sobre assuntos relacionados à sua área de atuação.

1.5.2 LGPD

O tratamento de dados pessoais é pautado na boa-fé e nos princípios da finalidade, adequação, transparência e segurança, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nosso objetivo é assegurar o respeito à privacidade, intimidade e liberdade de informação de nossos clientes, parceiros, terceiros e colaboradores.

Com a colaboração da empresa Modus DPO, encerramos a implantação do Projeto de LGPD, nesse 1º semestre, permanecendo a nomeação do Sr. Flávio Ibelli Callegari como DPO - Data Protection Officer (Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais).

O projeto resultou na criação dos relatórios e plano de Ação para o SGPD (Sistema de Gestão de Proteção de Dados), Estruturação da Matriz de Responsabilidade, na implementação dos Indicadores de Desempenho LGPD – KPIs e na disponibilização do Guia do Colaborador sobre a LGPD.

Esses avanços não apenas fortalecem nossa conformidade com as regulamentações, mas também solidificam nosso compromisso contínuo em salvaguardar os direitos de privacidade e segurança dos dados pessoais de nossos colaboradores, clientes e parceiros.

1.5.3 Risco Socioambiental e Climático

Nossa Política de Risco Socioambiental e Climático define os procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle dos riscos relacionados a esses temas em nossas atividades e operações.

As diretrizes dessa política estão alinhadas com nosso Código de Ética e reforçam nosso compromisso com a sociedade, englobando aspectos ligados à promoção dos Direitos Humanos, princípios fundamentais do trabalho, universalização dos direitos sociais e respeito à diversidade nas relações comerciais.

1.6. GESTÃO DE PESSOAS

Ao final do 1º semestre 2024, o quadro funcional da ACCREDITO era composto por 17 colaboradores, sendo 3 diretores, 12 colaboradores e 2 prestadores de serviços. Destes, 10 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idades variáveis entre 19 e 73 anos. Quanto à escolaridade, 83 % dos colaboradores possuem nível superior e 17% estão cursando.

1.7. OUVIDORIA

1.7.1 Ouvidoria Externa

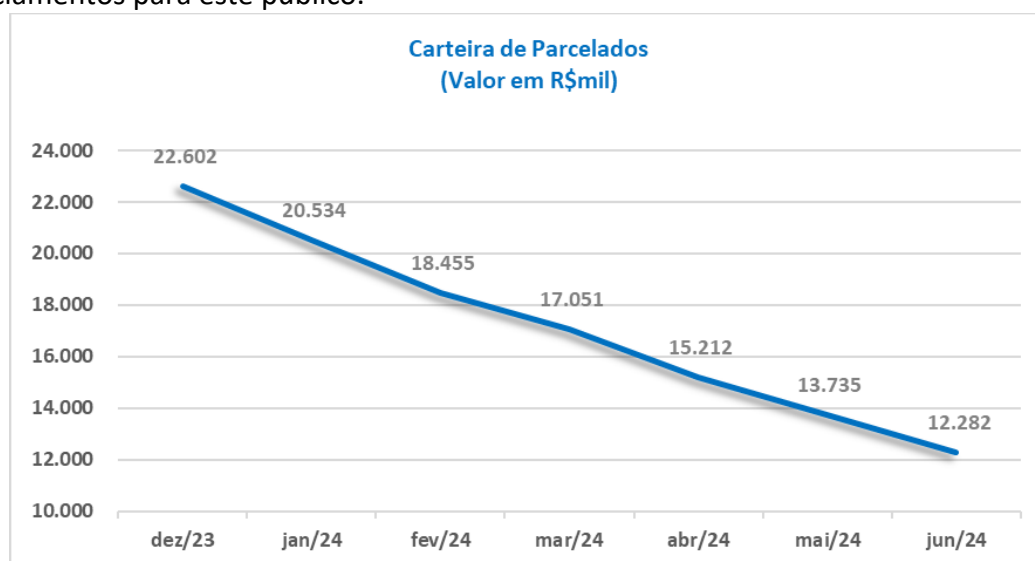
Nosso canal de Ouvidoria tem como missão garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, relacionadas aos direitos dos clientes. Atuamos como um canal de comunicação transparente, independente e imparcial, fornecendo orientações e gerenciando manifestações. Essa atuação está em total consonância com nossos princípios de Governança Corporativa e visa fomentar a cultura de escuta e justiça.

1.7.2 Canal de Denúncias

Em nosso site, disponibilizamos um canal para atender demandas específicas relacionadas a casos de descumprimento do Código de Ética e denúncias de ilicitudes, incluindo corrupção. O Canal de Denúncias acolhe informações sobre indícios de irregularidades e permite que as denúncias sejam feitas de forma anônima ou identificada, garantindo a proteção aos denunciantes.

2. CARTEIRA DE CRÉDITO PARCELADO

A fim de ajustar a modelagem da estrutura de risco aceitável para as operações direcionadas às micro e pequenas empresas, em maio de 2023, foram suspensas as concessões de novos financiamentos para este público.



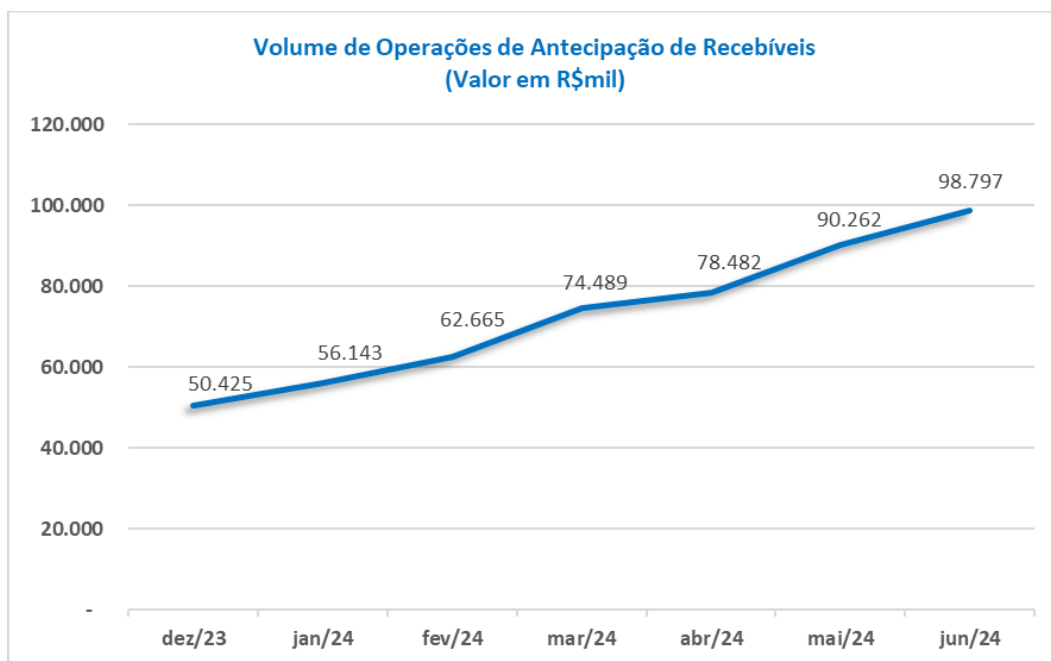
A carteira de crédito parcelado, Capital de Giro e Investimento Fixo, está em fase de amortização, com a intensificação da cobrança administrativa e na esfera judicial, com a redução do saldo devedor de R\$ 22,6 milhões em dezembro de 2023 para R\$ 12,2 milhões em junho de 2024.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Nossa estratégia de atuação se mantém direcionada para a modalidade de aquisição de direitos creditórios, por meio de um programa de antecipação de recursos a fornecedores em

operações de curto prazo, com risco cedente e risco sacado (âncora), baseado em títulos performados e confirmados junto aos sacados.

Com essa abordagem, estamos proporcionando aos nossos clientes uma solução financeira dinâmica e vantajosa, permitindo que suas empresas possam manter um fluxo de caixa saudável, fortalecendo suas operações comerciais e ampliando sua sustentabilidade.



As aquisições de direitos creditórios, no 1º semestre de 2024, originadas pelas parcerias com plataformas especializadas em risco sacado, totalizaram R\$ 48,4 milhões, elevando o volume da carteira concedida para R\$ 98,8 milhões, com taxa de desconto média de 1,94% ao mês e inadimplência de 0,017% sobre a carteira.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Acionistas e Administradores da
ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

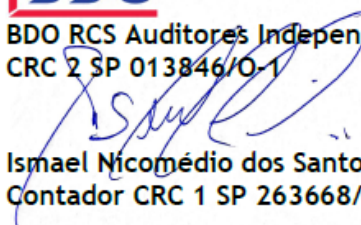
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de agosto de 2024



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Ismael Nicomedio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em R\$ MIL

1. ATIVO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO	NE	30/06/24	31/12/23
CIRCULANTE		35.066	39.659
DISPONIBILIDADES	4	1.115	4.775
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		33.080	33.869
Títulos e valores mobiliários	5	5.683	5.944
Relações interfinanceiras	6	1.127	4.849
Operações de crédito	7	26.270	23.076
OUTROS ATIVOS		871	1.015
Outros créditos - Diversos	8	846	990
Despesas antecipadas		25	25
NÃO CIRCULANTE		3.309	5.252
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.249	3.084
Operações de crédito	7	1.249	3.084
IMOBILIZADO DE USO	9	229	268
Outras imobilizações de uso		491	491
(Depreciações acumuladas)		(262)	(223)
INTANGÍVEL	10	1.831	1.900
Ativos Intangíveis		2.309	2.309
(Amortização acumulada)		(478)	(409)
TOTAL DO ATIVO		38.375	44.911

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. PASSIVO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

PASSIVO	NE	30/06/24	31/12/23
CIRCULANTE		2.658	5.678
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.118	4.849
Depósitos	11	1.127	4.849
Captações no mercado aberto		991	-
OUTROS PASSIVOS		540	829
Cobrança, arrecadação de tributos e assemelhado		7	8
Fiscais e previdenciárias	12	155	300
Diversas	13	378	521
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.717	39.233
Capital:		75.000	75.000
De Domiciliados no país	14.a	75.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14.b	(2)	(2)
(Prejuízos acumulados)		(39.281)	(35.765)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.375	44.911

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	NE	30/06/24	30/06/23
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.889	5.114
Operações de crédito	15	4.447	3.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		442	1.404
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.729)	(6.927)
Operações de captação no mercado		(34)	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7	(3.695)	(6.927)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.160	(1.813)
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.676)	(6.010)
Receitas de prestação de serviços		-	32
Despesas de pessoal	16	(2.080)	(3.425)
Outras despesas administrativas	17	(2.813)	(3.885)
Despesas tributárias		(230)	(255)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		-	19
Outras receitas operacionais	18	489	1.504
Outras despesas operacionais		(42)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(3.516)	(7.823)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(3.516)	(7.823)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(3.516)	(7.823)
Nº de ações		75.000	75.000
Prejuízo por ação.....R\$		(46,88)	(104,30)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	30/06/24	30/06/23
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(3.516)	(7.823)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(3.516)	(7.823)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	SEMESTRE DE 01/01/2024 A 30/06/2024		
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/24	75.000	(2)	(35.765)
Prejuízo do semestre	-	-	(3.516)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/24	75.000	(2)	(39.281)
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	(3.516)

	SEMESTRE DE 01/01/2023 A 30/06/2023		
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/23	75.000	(4)	(20.947)
Prejuízo do semestre	-	-	(7.823)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/23	75.000	(4)	(28.770)
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	(7.823)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	1º-SEM-24	1º-SEM-23
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(3.516)	(7.823)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	108	108
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.695	6.927
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	-	(19)
	287	(807)
Variação de Ativos e Obrigações	(3.947)	1.777
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.624	8.215
(Aumento) redução de outros ativos	(3.525)	(7.013)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(2.731)	949
Aumento (redução) em outros passivos	(289)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26)	(373)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.660)	970
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	-	(8)

Inversões líquidas no intangível	-	(1.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(1.009)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.660)	(39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4.775	1.031
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.115	992

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações.

A Associação Comercial de São Paulo, detém 100% das ações e em janeiro de 2021 iniciou as suas atividades operacionais, disponibilizando operações de empréstimos, financiamentos de investimento fixo e antecipação de recebíveis de duplicatas/cartões de crédito, tudo em conformidade com sua política de crédito.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 14 de agosto de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil.

Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

- Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Programa de Integração Social – PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas nas notas explicativas nº 9 e 10.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Depósitos

Os depósitos correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas decorrentes dos depósitos realizados por clientes na conta da Instituição, que não se confundem com os da Sociedade.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

Em 30 junho de 2024, a Sociedade possuía R\$ 1.114 de depósito bancário (R\$ 4.774 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 1 de reservas bancárias (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Carteira própria	3.491	1.078
Certificados de Depósitos Bancários	203	750
Letras Financeiras do Tesouro	3.273	330
Cotas de fundo de investimento	15	-
Vinculados a operações compromissadas	991	-
Letras Financeiras do Tesouro	991	-
Vinculados a prestação de garantia	1.201	4.866
Letras Financeiras do Tesouro	1.201	4.866
Total	5.683	5.944

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 30 de junho de 2024			
Circulante			
Certificado de Depósitos Bancários	16/08/2024	203	203
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	5.467	5.465
Cotas de fundo de investimento	-	15	15
Total		5.475	5.683

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31 de dezembro de 2023			
Circulante			
Certificado de Depósitos Bancários	16/08/2024	750	750
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	5.196	5.194
Total		5.946	5.944

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se ao total de saldo de depósito para operações com PIX mantidas sob custódia no Banco Central do Brasil.

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos compulsórios PIX - BACEN	1.127	4.849
Depósito Bacen Recursos de Credores PIX	1.127	4.849
Total	1.127	4.849

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	8.476	15.804	2.303	4.075	10.779	19.879
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	932	1.515	571	1.208	1.503	2.723
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	22.503	14.134	-	-	22.503	14.134
Total	31.911	31.453	2.874	5.283	34.785	36.736

(a) Trata-se de operações de Cessão de Direitos Creditórios Sem Direito de Regresso, realizadas com empresas cedentes que mantém parceria com o Sacado Âncora (empresas de médio e grande porte) para antecipar seus recebíveis, promovendo melhor gestão de seu fluxo de caixa.

7.2 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(5.063)	(7.618)	(1.353)	(1.796)	(6.416)	(9.414)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(444)	(675)	(272)	(403)	(716)	(1.078)
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	(134)	(84)	-	-	(134)	(84)
Provisão total	(5.641)	(8.377)	(1.625)	(2.199)	(7.266)	(10.576)
Total Geral	26.270	23.076	1.249	3.084	27.519	26.160

7.3 Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
A	1.257	3.838	220	327	22.482	14.108	23.959	18.273
B	1.181	1.296	231	285	0	0	1.412	1.581
C	260	1.072	41	30	0	0	301	1.102
D	411	1.057	0	131	0	0	411	1.188
E	372	677	0	27	0	0	372	704
F	169	851	0	134	0	26	169	1.011
G	89	648	0	-	0	0	89	648
H	4.737	6.365	440	581	21	0	5.198	6.946
Total	8.476	15.804	932	1.515	22.503	14.134	31.911	31.453

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
A	212	694	169	304	-	-	381	998
B	173	356	126	260	-	-	299	616
C	111	401	6	54	-	-	117	455
D	302	466	0	128	-	-	302	594
E	232	351	0	12	-	-	232	363
F	32	225	0	139	-	-	32	364
G	29	234	0	-	-	-	29	234
H	1.212	1.348	270	311	-	-	1.482	1.659
Total	2.303	4.075	571	1.208	-	-	2.874	5.283

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
A	1.469	4.532	389	630	22.482	14.108	24.340	19.270
B	1.354	1.652	357	545	0	-	1.711	2.197
C	371	1.473	47	84	0	-	418	1.557
D	713	1.523	0	259	0	-	713	1.782
E	604	1.028	0	39	0	-	604	1.067
F	201	1.076	0	273	0	26	201	1.375
G	118	882	0	-	0	-	118	882
H	5.949	7.713	710	893	21	-	6.680	8.606
Total	10.779	19.879	1.503	2.723	22.503	14.134	34.785	36.736

7.4 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	1.469	0,5%	7	4.529	0,5%	22
B	1.354	1,0%	14	1.652	1,0%	17
C	371	3,0%	11	1.473	3,0%	44
D	713	10,0%	71	1.523	10,0%	153
E	604	30,0%	180	1.028	30,0%	308
F	201	50,0%	101	1.076	50,0%	538
G	118	70,0%	82	882	70,0%	618
H	5.949	100,0%	5.950	7.714	100,0%	7.714
Total	10.779		6.416	19.879		9.414

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	389	0,5%	2	630	0,5%	4
B	357	1,0%	3	545	1,0%	6
C	47	3,0%	1	84	3,0%	3
D	-	10,0%	-	259	10,0%	26
E	-	30,0%	-	39	30,0%	11
F	-	50,0%	-	273	50,0%	136
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	710	100,0%	710	893	100,0%	893
Total	1.503		716	2.723		1.078

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	22.482	0,5%	113	14.108	0,5%	71
B	-	1,0%	-	-	1,0%	-
C	-	3,0%	-	-	3,0%	-
D	-	10,0%	-	-	10,0%	-
E	-	30,0%	-	-	30,0%	-
F	-	50,0%	-	26	50,0%	13
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	21	100,0%	21	-	100,0%	-
Total	22.503		134	14.134		84

7.5 Concentração das operações de crédito:

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos de capital de giro -				
Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	22	27	0,2%	0,1%
Maior devedor	459	344	4,3%	1,7%
Menor devedor	-	-	0,0%	0,0%
Financiamentos de capital fixo -				
Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	63	57	4,2%	2,1%
Maior devedor	268	271	17,8%	9,9%
Menor devedor	2	1	0,1%	0,0%
Aquisição de direitos creditórios -				
Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	221	124	1,0%	0,9%
Maior devedor	1.503	1.657	6,7%	11,7%
Menor devedor	2	1	0,0%	0,0%

Concentração por quantidade de clientes	30/06/2024	%
10 maiores devedores	21.100	60,66%
20 maiores devedores	24.734	71,11%
50 maiores devedores	28.743	82,63%
100 maiores devedores	33.038	94,98%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 125, e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 250 e financiamentos de exportação pré-embarque é de R\$ 300. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 25 de abril de 2028.

7.6 Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimos de Capital de Giro 30/06/2024	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2023	Financiamento s de Capital Fixo 30/06/2024	Financiamento s de Capital Fixo 31/12/2021	Aquisição de Direitos Creditórios 30/06/2024	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2023	Total 30/06/2024	Total 31/12/2023
Vencidas:								
Mais de 180 dias	986	1.169	99	60	10	-	1.095	1.229
De 91 a 180 dias	792	1.305	31	65	-	26	823	1.396
De 61 a 90 dias	297	557	12	47	-	-	309	604
De 31 a 60 dias	348	676	15	44	-	-	363	720
Até 30 dias	405	808	36	79	3.227	142	3.668	1.029
Total Vencido	2.828	4.515	193	295	3.237	168	6.258	4.978
A vencer:								
Até 30 dias	818	1.294	79	119	8.745	5.346	9.642	6.759
De 31 a 60 dias	621	1.383	67	116	6.617	5.388	7.305	6.887
De 61 a 90 dias	635	1.294	56	118	3.226	3.145	3.917	4.557
De 91 a 180 dias	1.649	3.261	178	304	673	87	2.500	3.652
De 181 a 360 dias	1.925	4.057	359	563	5	-	2.289	4.620
Total Ativo Circulante	5.648	15.804	739	1.515	19.266	14.134	25.653	31.453
De 361 a 720 dias	1.689	2.978	430	924	-	-	2.119	3.902
Acima de 720	614	1.097	141	284	-	-	755	1.381
Total Ativo Não Circulante	2.303	4.075	571	1.208	-	-	2.874	5.283

7.7 Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade	30/06/2024	31/12/2023
Comércio	14.582	10.711
Indústria de transformação	9.500	9.282
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	1.323	2.130
Atividades administrativas e serviços complementares	958	2.170
Alojamento e alimentação	656	1.739
Construção civil	836	3.612
Informação e comunicação	2.245	3.813
Educação	1.173	906
Transporte, Armazenagem e Correio	227	419
Outras Atividades de Serviços	353	600
Saúde humana e serviços sociais	417	570
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	606	674
Artes, cultura, esporte e recreação	63	77
Atividade imobiliária	-	12
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	8	18
Serviços Domésticos	1	3
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e Aquicultura	1.838	-
Total	34.786	36.736

Os juros referentes ao primeiro semestre de 2024, totalizaram R\$ 4.447, e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

7.8 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	10.576	8.017
Provisão constituída no período	3.695	13.565
Reversões para baixa com prejuízo	(7.005)	(11.006)
Saldo final do período	7.266	10.576

8. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar (a)	717	890
Outros		
Adiantamentos e antecipações salariais	-	4
Devedores diversos no país	129	91
Depósito de processo judicial	-	5
Total	846	990

- (a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa R\$ 691 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2023) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 30 de junho de 2024 no montante de R\$ 26 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2023).

9. IMOBILIZADO DE USO

	Custo de aquisição	Taxa de depreciação	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 30/06/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
Mobiliário	187	10%	(68)	119	128
Equipamento de Processamento de Dados	281	20%	(183)	98	126
Outros equipamentos	23	20%	(11)	12	14
Total	491		(262)	229	268

10. INTANGÍVEL

	Custo de aquisição	Taxa de amortização	Amortização acumulada	Saldo líquido em 30/06/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos (a)	492	10%	(170)	322	346
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados (a)	817	33,33%	(308)	509	554
Marca ACCREDITO (b)	1.000	-	-	1.000	1.000
Total	2.309		(478)	1.831	1.900

(a) Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

(b) Refere-se a marca ACCredito adquirida da FACESP – Federação das Associações Comerciais, registrada pelo valor de aquisição e com vida útil indeterminada, em 18 de abril de 2023.

11. DEPÓSITOS

Conta de pagamento pré-paga	30/06/2024	31/12/2023
Contas de emissão de moeda eletrônica	1.127	4.849
Total	1.127	4.849

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Impostos e contribuições a recolher	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	12
Impostos e contribuições sobre salários	105	224
Outros impostos e contribuições	38	64
Total	155	300

13. DIVERSAS

Provisão para pagamentos a efetuar	30/06/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal a pagar (a)	166	287
Despesas administrativas a pagar	166	175
Auditoria	8	13
Outros pagamentos	38	46
Total	378	521

(a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2024, a sociedade registrou o patrimônio líquido de R\$35.717 (R\$ 39.233 em 31 de dezembro de 2023).

a) Capital social

O capital social é de R\$ 75.000, composto em 75.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas por acionista domiciliados no país.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 30 de junho de 2024 não houve constituição de ajustes de títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2023 foram constituídos ajustes de títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 2, restando o saldo negativo de R\$ 2 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos. Em junho de 2023 não foram constituídos o ajuste, restando o saldo de R\$ 4 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos.

15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas com empréstimos	1.571	2.945
Rendas com direitos creditórios	2.671	289
Rendas de financiamento	205	476
Total	4.447	3.710

16. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2024	30/06/2023
Honorários da diretoria e conselho de administração	(805)	(805)
Proventos	(511)	(1.351)
Encargos sociais	(352)	(627)
Benefícios	(399)	(614)
Treinamento	(4)	(17)
Remuneração de estagiário	(9)	(11)
Total	(2.080)	(3.425)

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2024	30/06/2023
Aluguel	(66)	(66)
Comunicação	(23)	(27)
Manutenção de bens	(20)	(19)
Material consumido	(8)	(12)
Processamento de dados	(1.216)	(1.379)
Promoções e relações públicas	(10)	(127)
Propaganda e publicidade	-	(549)
Serviços do sistema financeiro	(528)	(536)
Serviços de terceiros	(234)	(74)
Serviços técnicos especializados	(405)	(721)
Transporte	(3)	(32)
Viagens	(10)	(22)
Depreciações e amortizações	(108)	(108)
Outras despesas administrativas	(182)	(213)
Total	(2.813)	(3.885)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	452	1.479
Outras receitas operacionais	37	25
Total	489	1.504

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DIFERIDO

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(3.516)	(7.823)
Adições de despesas não dedutíveis	15	22
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.695	6.927
Recuperação de créditos baixado como prejuízo	(452)	(1.479)
Contingências cíveis	-	19
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(258)	(2.372)
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(258)	(2.372)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 30 de junho de 2024 a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 11.367 (R\$ 10.348 em junho 2023), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional não terem sido atendidos.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Conselho de Administração:** órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;
- **Conselho Fiscal:** composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado.

A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

Risco social, ambiental e climático

Entende-se como risco social Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco social, Ambiental e Climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Por conta do escopo de atuação da Sociedade, que é originação de operações de crédito para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, os riscos socioambientais e climático são avaliados como remotos para a concessão das operações de crédito da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias;
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa;
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldo das transações com partes relacionadas

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 66 (R\$ 66 em 30 de junho de 2023), reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 14 (R\$ 14 em 30 de junho de 2023) e reembolso de despesas com copa, cozinha e manutenção no montante de R\$ 14 (R\$ 14 em 30 de junho de 2023). Não existem outras transações com parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2024 houve pagamento de honorários aos administradores da Sociedade no montante de R\$ 805 (R\$ 804 no semestre findo em 30 de junho de 2023).

22. DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o semestre a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não existiam processos considerados como risco de perda possível.

23. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Nos semestres findos 30 de junho de 2024 e 2023 inexistem resultado não recorrente.

24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. As operações de Capital de Giro pré-fixadas, têm suas taxas fixadas pela composição da taxa de juros definidas pelos juros fixos pré-fixados, capitalizados com as taxas definidas pela curva DI x Pré, constituída a partir dos preços de vencimentos de contratos futuros negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo praticadas na média de 2,67% ao mês.

25. OUTROS ASSUNTOS

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021 e a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023, que estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade hedge) pelas instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2022, a metodologia a ser aplicada na Política de Provisão para Risco, conforme segue:

Política de Provisão para Risco – Resolução CMN nº 4.966/2021

1) Aplicações Financeiras

A alocação dos recursos disponíveis no caixa está prevista na política de risco, que compreende a realização de operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e/ou aquisição de títulos privados de instituições financeiras de primeira linha com rentabilidade vinculada ao CDI, que acompanha a taxa básica de juros – Selic.

Dado a natureza da alocação dos recursos, não faremos provisão de risco para perdas, visto que os títulos são marcados a mercado diariamente, portanto seus valores de faces são ajustados periodicamente.

2) Carteira de Crédito

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabeleceu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras, harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, a instituição implementará a metodologia simplificada de apuração de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, por estar enquadrada no segmento 5 (S5), nos termos previstos no Artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021. O Plano de implementação da referida Resolução, e da Lei 14.467/2022 que altera, a partir de 1º de janeiro de 2025, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras está sendo implementado, com o término até dezembro de 2024.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2024 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras que requeressem divulgações.

A DIRETORIA

CONTADOR:

REINALDO DANTAS
CRC 1SP110330/O-6

PARECER DOS CONSELHOS FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Accredito Sociedade de Crédito Direto S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, ambos relativos ao 1º semestre/2024 e, à vista do Relatório dos Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo sem ressalvas para os referidos documentos.

São Paulo, 20 de agosto de 2024.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2024 e, à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendam a aprovação das demonstrações financeiras e manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do relativos ao 1º semestre/2024 e, portanto, em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)

NILTON MOLINA

ALFREDO COTAIT NETO

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

CONSELHO FISCAL:

ANTONIO CARLOS PELA

CARLOS MONTEIRO

MARCEL DOMINGOS SOLIMEO (Suplente)

DIRETORIA:

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)

LUIZ NOBORU SETO

GILBERTO FIORAVANTE



ouvidoria - 0800 7707880



atendimento@accredito-scd.com.br



www.accredito-scd.com.br